

Dívida: compra discreta

2 4 ABR 1990

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Londres

O Brasil não deve ter pressa para sentar-se à mesa com os bancos credores nem usar como modelo o acordo obtido pelo México. O primeiro passo deve ser obter acordos com o FMI e com o Banco Mundial (BIRD) e consolidar o ajuste econômico. A discussão com os bancos, na melhor hipótese, deverá ficar para setembro.

A previsão foi feita ontem, em Londres, por quem era, até 15 de março último, o responsável pela negociação externa do Brasil, o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Ele falou, durante o almoço, a uma atenta platéia de 120 investidores londrinos, no elegante hotel Savoy. Sua visão sobre o plano de ajuste do governo Collor foi essencialmente otimista.

Mailson esteve em Hong Kong e em Tóquio, na semana passada, e irá ainda a Paris, Frankfurt, Nova York e Amsterdã, num "tour" organizado pela "Latin American Securi-

ties", um fundo de investimentos em ações no Brasil e outros países latino-americanos, formado pelo Banco Garantia, associado ao inglês Foreign & Colonial Management Ltd. Em Tóquio, onde os organizadores não imaginavam reunir mais de 50 investidores, acabaram aparecendo 180 pessoas. Além do almoço, Mailson participou de um jantar, em Londres, com um grupo de banqueiros.

O ex-ministro foi crivado de perguntas por investidores cautelosos com o que têm lido sobre o plano brasileiro. Mailson, contudo, afastou as interpretações mais pessimistas. O plano de Collor, disse ele, atacou corretamente o problema inflacionário e deve ser saudado pela ousadia. O governo demonstrou inequívoca vontade política para ajustar o País e o plano, se tudo der certo, pode recolocar o Brasil na rota do crescimento sustentável.

No lado fiscal, disse Mailson, o plano teve uma faceta de curto prazo, expressiva mas única, que



Mailson da Nóbrega

deverá garantir um superávit operacional de 2% do PIB neste ano. É preciso, contudo, obter um ajuste das contas públicas a longo prazo e isso só será viável, a seu ver, com uma mudança na Constituição, que tornou incompressíveis certas despesas.

Um bom teste, a curto prazo, será a discussão dos parâmetros do próximo orçamento, que o governo terá que enviar ao Congresso até julho. De todo modo, argumentou, este plano não tem parentesco, por exemplo, com o Plano Cruzado, tanto pela dimensão do aperto de liquidez realizado quanto pela disposição inédita em enfrentar o déficit público e pela legitimidade que a eleição direta conferiu ao novo presidente.

Mailson acha uma recessão "inevitável", mas não teme que haja uma depressão. Ao contrário, ele diz que o nível de liquidez, que logo após o plano havia caído para 10% do PIB, já está

hoje em 14% e o governo deve ter cuidado para não pecar por excesso. De outro lado, ele sustenta que o governo adquiriu uma capacidade de fazer política econômica e que utilizará para evitar qualquer ameaça de depressão.

Muito interessante é a visão do ex-ministro, hoje, sobre a questão da dívida externa, como ele discutiu no almoço e, depois, em entrevista a este jornal. A dívida, disse Mailson aos investidores, "não é o problema

(Continua na página 6)

Ao mesmo tempo que o principal título da dívida externa brasileira, o MYDFA, avançou quatro pontos no mercado secundário norte-americano na semana passada, o governo Collor fez seu primeiro pagamento da dívida externa, ao desembolsar, pontualmente, os juros devidos sobre os "new money bonds". O Brasil paga por ano US\$ 95,8 milhões de juros sobre esses bônus.

(Ver páginas 26 e 28)

Dívida: compra discreta

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)

e sim um problema". Em termos relativos, a dívida externa, que chegou a responder por 41,3% do PIB em 1983, no ano passado equivalia a 29,6%, número próximo ao de 1980/81, antes da crise. Em comparação com todos os outros grandes devedores latino-americanos, é um número confortável.

O Brasil não pode pagar todos os juros e talvez seja possível chegar a algum acordo com os bancos internacionais sobre isso. Mailson acha, no entanto, que já não é desejável formalizar uma renegociação do tipo da acertada pelo México, onde um nível mínimo de deságio foi fixado depois de enormes pressões dos Estados Unidos. Ele defende um maior uso dos mecanismos de mercado — discretamente, como aconteceu no final de sua gestão.

"Depois de todos estes anos, eu aprendi que a melhor opção é deixar a dívida fora do noticiário", disse Mailson a este jornal. Apesar das dificuldades econômicas do ano passado e da moratória no pagamento de juros externos desde julho, o Brasil, segundo o ex-ministro, conseguiu reduzir cerca de US\$ 3 bilhões de sua dívida, em inúmeras operações de recompra no mercado secundário, com deságios muito mais altos do que os fixados em alguns acordos recentes. A Vale do Rio Doce, por exemplo, conseguiu recomprar quase toda sua dívida discretamente.

Os bancos, naturalmente, pressionam por pagamentos. Em dezembro do ano passado, por exemplo,

o presidente do Citibank, John Reed, foi a Brasília para falar do nervosismo dos bancos com a moratória e dos riscos que o Brasil correria caso não fizesse pelo menos algum pagamento de juros (especialmente em relação às linhas de curto prazo). O Brasil não fez nenhum pagamento e não houve maiores problemas com as linhas de curto prazo.

Mailson é contra o confronto e acha que o principal equívoco do ex-ministro Dilson Funaro foi ter feito uma moratória com um tom público de desafio. Ele acha que, se for preciso, o Brasil pode até fazer um pagamento simbólico de juros. No entanto, ele vê espaço para o País ir montando operações de mercado, mais vantajosas do que as que poderiam ser obtidas em acordos formais, ao mesmo tempo que levanta recursos e apoio junto ao FMI e BIRD. Muitos bancos têm um discurso público duro em relação à necessidade de um acordo formal e contra a moratória, mas têm, na prática, oferecido negócios interessantes ao País independentemente dos atrasos nos juros.

No almoço, Mailson lembrou que parou de pagar juros, em julho passado, não só no interesse do Brasil, mas dos próprios credores: a alternativa seria precipitar uma hiperinflação. As reservas, que fecharam 1989 em US\$ 7,2 bilhões, foram corroídas nas últimas semanas do governo Sarney pela corrida dos importadores, de um lado, e os adiamentos dos exportadores, de outro. No dia 15 de março, elas estavam próximas a US\$ 6 bilhões. Depois do plano, cresceram mais de US\$ 1 bilhão.

Mailson, formalmente, está na oposição ao atual governo. Pouco antes de viajar, assinou uma ficha de filiação ao PSDB, onde pretende ter uma intensa vida partidária, participando das discussões internas. Sua postura política, contudo, estará longe da rigidez. Ele pretende apoiar o que considerar correto e é o que está fazendo em relação aos pontos centrais do plano de estabilização do governo Collor.

Ainda está incerta sua eventual candidatura a um posto na Câmara de Deputados, ou pela Paraíba, onde nasceu, ou por São Paulo, onde irá morar. De imediato, Mailson pretende dedicar-se à montagem de seu escritório de consultoria em São Paulo, que já tem várias empresas acertadas como clientes, e a escrever seu livro sobre a experiência no governo.

No ano passado, ele teve duas ofertas, uma da Universidade de Londres, outra da Brookings Institution (de Washington) de bolsas para escrever seu livro. Preferiu, contudo, começar de imediato sua atividade de consultoria e operar, ao mesmo tempo, no livro, que ele espera concluir em algo como quatro meses. Será mais um relato pessoal, sem ser uma autobiografia, do que uma discussão teórica. A candidatura a deputado não é uma hipótese inteiramente descartada, mas, hoje, não está claramente visível no horizonte.